

O ensino do Direito Educacional no contexto da pandemia de COVID-19

ISABELA FADUL DE OLIVEIRA¹
y QUÉREN SAMAI MORAES SANTANA²

RESUMO

Este artigo tem como objetivo discutir uma experiência de ensino no contexto da pandemia de COVID-19. Mais especificamente, pretende-se apresentar as estratégias pedagógicas adotadas para a realização da disciplina Direito Educacional durante o Semestre Letivo Suplementar da Universidade Federal da Bahia, a fim de refletir sobre os desafios do remoto nos cursos jurídicos durante o ano de 2020, especialmente no que tange às transformações produzidas na passagem do ensino presencial para o ensino remoto. O texto examina três dimensões da experiência, a saber: a adaptação dos papéis dos docentes e estudantes no ensino remoto, a acessibilidade a fontes para o ensino e aprendizagem do Direito e as inovações nas formas de avaliação de aprendizagens, com especial atenção para o diário de campo. Para tanto, o estudo vale-se de documentos institucionais, registros administrativos, questionários, avaliação discente e relatórios de monitoria e estágio docente. Ao final, o texto aponta para as possibilidades de incorporação das experiências vivenciadas no contexto da retomada do ensino presencial nos cursos jurídicos.

¹ Doutora em Direito do Trabalho pela Universidade de São Paulo (USP). Professora da Faculdade de Direito da Universidade Federal da Bahia (UFBA) em regime de dedicação exclusiva. Docente da disciplina Direito Educacional durante o Semestre Letivo Suplementar da UFBA. E-mail: isabelafadul@gmail.com.

² Estudante de graduação em Direito pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Bolsista do Programa Permanecer. Monitora da disciplina Direito Educacional durante o Semestre Letivo Suplementar da UFBA. E-mail: queren_samai@hotmail.com.

PALAVRAS-CHAVE

Ensino jurídico - Pandemia de COVID-19 - Inovações pedagógicas.

Teaching Educational Law in the Context of the COVID-19 Pandemic

ABSTRACT

This article aims to discuss an educational experience in the context of pandemic COVID-19. More specifically, it is intended to present the pedagogical strategies adopted to carry out the Educational Law discipline during the Supplementary Academic Semester of the Federal University of Bahia, in order to reflect on the challenges of remote in legal courses during 2020, especially in what it concerns the transformations produced in the transition from face-to-face teaching to remote teaching. The text discusses three dimensions of the experience, namely: the adaptation of the roles of teachers and students in remote education, accessibility to sources for teaching and learning law, and innovations in the forms of learning assessment, with special attention to the logbook. For that, the study makes use of institutional documents, administrative records, questionnaires, student evaluation and monitoring reports and teaching internship. At the end, the text points to the possibilities of incorporating the experiences lived in the context of resuming classroom teaching in legal courses.

KEYWORDS

Legal education - COVID-19 pandemic - Pedagogical innovations.

I. INTRODUÇÃO

O advento da pandemia de COVID-19 no Brasil e a implementação da modalidade de ensino remoto nos diversos níveis educacionais representaram um grande desafio para o sistema educacional brasileiro, especialmente para as Instituições de Ensino Superior (IES) públicas. Isto porque a expansão de cursos e números de matrículas ocorrida nas

últimas décadas não foi acompanhada de investimentos em infraestrutura e equipamentos, tampouco de uma melhor organização da carreira docente e das condições de trabalho e estudo no país.

No caso do ensino jurídico, a adoção do ensino mediado por tecnologias digitais em razão da necessidade de distanciamento social aconteceu logo após a atualização do currículo dos cursos de Direito do país. A Resolução CNE/CES nro. 05/2018, que definiu as novas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) para os cursos de graduação em Direito, estabeleceu o prazo de dois anos para a implementação de seu conteúdo nos Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPC). Dentre as novas orientações destacam-se o fomento à utilização de novas metodologias de ensino e aprendizagem que promovam o protagonismo estudantil, bem como a inserção de novos conteúdos nos cursos, os quais priorizam a interdisciplinaridade e a articulação entre conhecimentos.

Nesse contexto, a adoção do ensino remoto, aqui compreendido como a modalidade de ensino que, realizado por intermédio de tecnologia digitais, permite a interação síncrona ou assíncrona entre professor e estudantes, modificou profundamente a estrutura dos cursos jurídicos brasileiros. A necessária suspensão das atividades letivas e sua migração imediata ao ensino remoto resultou, em muitos casos, na demissão em massa de docentes, especialmente nas IES privadas. Ademais, as estratégias adotadas na rápida transposição do ensino presencial para o ensino remoto ocasionaram sobrecarga de trabalho aos docentes, bem como redução de carga horária e de salários para estes profissionais (Accarini, 2020), intensificando a precarização do trabalho há muitos anos identificada nas IES brasileiras (Bosi, 2007).

Visando dar continuidade às atividades letivas paralisadas em março de 2021, a Universidade Federal da Bahia (UFBA), após um longo período de atividades suspensas, retomou o calendário acadêmico com a implementação de um semestre de caráter excepcional e atípico denominado “Semestre Letivo Suplementar” (SLS). Por meio da adoção de critérios de inclusão digital e da realização de ações de capacitação pedagógica e tecnológica, foi possível construir um planejamento acadêmico de oferta de componentes curriculares desenvolvidos em ambientes virtuais de aprendizagem.

A Faculdade de Direito da UFBA (FDUFBA) recepcionou o SLS, adotando alternativas para minoração dos efeitos negativos do ensino remoto e estimulando a utilização de práticas pedagógicas e oferta de conteúdos que se alinhem às novas DCNs. Este artigo visa discutir a experiência de ensino não-presencial no componente curricular Direito Educacional ofertada pela FDUFBA durante o SLS. Mais especificamente, pretende-se relatar as estratégias pedagógicas adotadas para a adaptação da disciplina ao ensino remoto, a qual buscou distanciar-se da tradição conteudista transmissional adotada de forma massiva nos cursos jurídicos do país.

A partir de reflexões realizadas pelas autoras, que integraram a equipe pedagógica da disciplina como docente e monitora, o texto apresenta as condições de implementação do semestre excepcional, bem como as estratégias adotadas pela UFBA neste primeiro período letivo realizado de forma exclusivamente não-presencial na história da IES. Em seguida, evidencia as principais escolhas realizadas pela FDUFBA na construção do planejamento acadêmico para a implementação do SLS, apontando as características centrais da construção e oferta da disciplina Direito Educacional pela unidade universitária. Por fim, destaca as fontes de ensino e aprendizagens produzidas no componente curricular, a adaptação dos papéis dos discentes e dos integrantes da equipe pedagógica, como também os métodos avaliativos alternativos utilizados na disciplina, responsáveis pela construção de uma relação ensino-aprendizagem garantidora do desenvolvimento de habilidades reflexivas, críticas e problematizadoras da excepcionalidade do período vivido.

II. A PANDEMIA DE COVID-19 E O ENSINO REMOTO NA UFBA

A chegada da pandemia de COVID-19 ao Brasil em fevereiro de 2020 impôs ao sistema brasileiro de ensino profundas transformações. As atividades de ensino, antes realizadas de forma majoritariamente presenciais, foram paralisadas face à necessidade de promoção do isolamento social, resultando na implementação de modelos de ensino remoto em todos os níveis educacionais. Foi o que ocorreu no Sistema Federal de Ensino, no qual foi permitida, através da Portaria nro. 343, publicada em 17 de março de 2020, a substituição das aulas presenciais por atividades

mediadas por tecnologias de informação e comunicação, durante o período em que durar a pandemia.

No caso da Universidade Federal da Bahia, a Portaria nro. 103/2020, concebida à luz das diretrizes das autoridades sanitárias municipais e estaduais, determinou a suspensão das atividades universitárias por tempo indeterminado, a partir de 19 de março de 2020. O semestre letivo recém iniciado foi interrompido, tendo tido prosseguimento apenas atividades de pesquisa e serviços essenciais prestados pela UFBA.

As Universidades e Institutos Federais passaram a reunir esforços para construir condições favoráveis ao retorno das atividades no formato não presencial. Segundo informe divulgado em agosto do mesmo ano pela Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES),

Para viabilizar o ensino remoto de emergência, as universidades passaram por um processo de levantamentos diversos, desde aspectos econômicos para acesso a pacote de dados e a equipamentos tecnológicos, localização geográfica para sinal de internet, preparação do corpo docente, infraestrutura de tecnologia de informação disponível e conteúdos passíveis de serem trabalhados de forma remota, até referência legal para migração da atividade presencial para a modalidade virtual [UFES, *Andifes anuncia retorno de aulas em formato remoto em 54 universidades*, Vitória, 2020].

A fim de identificar os principais desafios a serem enfrentados para o retorno das atividades letivas de forma remota, a UFBA realizou um levantamento junto à sua comunidade acadêmica. Os dados apresentados pela Universidade apontaram que, no tocante às condições de acesso à internet e equipamentos dos estudantes de graduação, 66,5 % desse público possuía pouca ou nenhuma condição de acesso à internet no local onde pretendia realizar as atividades remotas e 67,6 % possuía pouco ou nenhum equipamento adequado para o acesso a estas atividades, revelando a frágil estrutura tecnológica disponível aos discentes da Universidade. Com relação aos docentes da UFBA, a pesquisa identificou que a maior parte dos professores situam-se nos níveis intermediários de competências digitais (60 %), os quais buscam aplicar, ampliar e organizar suas práticas digitais, destacando, no entanto, a necessidade de uma estratégia de ampliação do uso das tecnologias digitais.

Nesse contexto, objetivando realizar uma discussão ampla e compartilhada com a comunidade acadêmica sobre as condições para o retorno não presencial das atividades de ensino, a UFBA realizou o seu primeiro Congresso Virtual. Ocorrido em maio de 2020, o evento reuniu diversas mesas temáticas, intervenções artísticas e vídeo-pôsteres propostos por docentes, discentes e técnico-administrativos. O Congresso constituiu-se um importante espaço de formação e interação acadêmica, com a presença de convidados externos, apresentação de resultados de pesquisas e enfrentamento de diversos temas relacionados ao contexto da pandemia, garantindo a continuidade das atividades acadêmicas na UFBA.

Em 21 de julho de 2020, o Conselho Universitário (CONSUNI) deliberou pelo retorno das atividades letivas, através da Resolução CONSUNI nro. 01/2020. Decidiu-se pela implementação de um semestre letivo de caráter atípico e excepcional, que, considerando as dificuldades de acesso à internet e os baixos índices de competência digitais de toda a comunidade acadêmica, retomasse as atividades de ensino no formato remoto.

O Semestre Letivo Suplementar, assim denominado o período letivo atípico, abrangeu todos os cursos de graduação e de pós-graduação da Universidade, através da oferta de atividades síncronas e assíncronas, desenvolvidas no Ambiente Virtual de Aprendizagem - Moodle. Nesse sentido, o Conselho Acadêmico de Ensino (CAE) editou a Resolução CAE nro. 01/2020, que regulou o SLS, prevendo como premissas para o período letivo temporário:

- I. acolher o estudante nos processos de sua formação mediante adequação da metodologia para a forma de ensino não presencial;
- II. garantir aos estudantes a adesão e o desligamento facultativos bem como posterior validação dos componentes para integralização curricular;
- III. flexibilizar o módulo de estudantes por turma de cada componente curricular, sem necessidade de cumprimento à Resolução CONSEPE n. 02/2009;
- IV. ofertar, sempre que possível, componentes curriculares para a integralização da matriz curricular dos prováveis concluintes [UFBA, *Resolução CAE nro. 01/2020*, Conselho Acadêmico de Ensino, Salvador, 2020].

A Resolução previu, ainda, a oferta de componentes curriculares já constantes nos currículos dos cursos, bem como a criação de disciplinas e ações formativas elaboradas para o contexto excepcional. Como principais características do SLS, destaca-se: o caráter facultativo do período letivo para os discentes, a ausência de controle de frequência nos momentos síncronos e a vedação de registros de reprovação no histórico escolar dos discentes. Além disso, visando integrar a maior quantidade possível de discentes ao semestre, preservando também a saúde dos docentes, a carga horária de inscrição em componentes curriculares foi limitada a 340 horas. Ressalta-se, também, a possibilidade de compartilhamento de turmas entre docentes, bem como a diminuição da carga horária obrigatória de ensino nos diversos regimes de trabalho.

Visando a realização do semestre não presencial, a Universidade ofereceu cursos de capacitação para os docentes e discentes, que visaram apresentar as plataformas digitais a serem utilizadas, assim como discutir metodologias de ensino e de avaliação para utilização no modelo remoto de ensino.³ Definiu-se, assim, como principal plataforma para os momentos assíncronos, o ambiente virtual de aprendizagem *Moodle*. Já os momentos síncronos, foram realizados através da plataforma Conferência *Web* da Rede Nacional de Ensino e Pesquisa (RNP), bem como da plataforma *Google Meet*, acesso concedido através de contrato firmado entre a Universidade e a empresa *Google*.

Além disso, a Pró-Reitoria de Ações Afirmativas e Assistência Estudantil (PROAE) da Universidade lançou editais de apoio à inclusão digital e ao acesso à *internet* durante o Semestre Letivo Suplementar. As seleções foram realizadas entre os estudantes integrantes de famílias com renda familiar *per capita* de até 1,5 salário mínimo. Ao final de cada seleção, foram contemplados cerca de mil estudantes que receberam *chips* de *internet* com bônus de dados móveis, ou, ainda, uma parcela única de R\$ 800,00 (oitocentos reais) para aquisição ou melhoria de equipamento

³ Estas e outras ações foram realizadas por meio do domínio eletrônico “UFBA em movimento”, espaço criado para auxiliar no acesso da comunidade acadêmica aos procedimentos necessários para o desenvolvimento das atividades letivas através da utilização de meios digitais. Mesmo após a realização do Semestre Letivo Suplementar, o espaço continua sendo alimentado com informações relativas às atividades de ensino, de pesquisa e de extensão.

de tecnologia da informação e comunicação, auxílios que objetivaram dar suporte à qualificação e manutenção do vínculo dos estudantes com a Universidade durante o SLS.

A partir das Resoluções da Universidade, cada Unidade Universitária passou a definir normas internas para a realização do Semestre Letivo Suplementar. Coube, então, aos Departamentos ou instâncias equivalentes, a construção, através de um esforço conjunto, de um planejamento acadêmico que atendesse aos desafios apontados por docentes e discentes durante o processo de implementação do período letivo não presencial.

III. A FACULDADE DE DIREITO E O DESAFIO DO ENSINO NÃO-PRESENCIAL

Com a suspensão do calendário acadêmico e das atividades presenciais na UFBA, a Faculdade de Direito da UFBA implementou o regime de trabalho remoto, em caráter temporário, reorientando suas rotinas de atividades, serviços e procedimentos internos, sob as diretrizes da Portaria n. 002/2020. As atividades de docência relacionadas à pesquisa, extensão, orientação, atualização de conhecimentos, produção textual, organização de eventos passaram a ser realizadas remotamente, valendo-se de ferramentas digitais até então pouco utilizadas pelo corpo acadêmico, a exemplo das plataformas de videoconferências.

A construção do Semestre Letivo Suplementar na UFBA contou com a participação ativa da FDUFBA, por intermédio de seus representantes nos Conselhos Universitários CONSUNI, CAE e Conselho Acadêmico de Pesquisa e Extensão (CAPEX). Dentre os diversos aspectos discutidos na ocasião do planejamento do SLS, registra-se a preocupação da Unidade com os cuidados e precauções necessários ao retorno das atividades não presenciais de forma segura e equilibrada. Além disso, sugeriu-se que as atividades de monitoria e tirocínio fossem incluídas no SLS como estratégia pedagógica de aprendizagem, e uma melhor definição da condição do estudante provável concluinte para efeito de limitação de carga horária semestral.

Apesar da diretriz institucional apontar a instância departamental como locus principal de planejamento das atividades letivas, no caso da Faculdade de Direito o Colegiado foi protagonista no desenho do

SLS. Preocupado com a oferta de todos os componentes curriculares obrigatórios do currículo do curso, o órgão buscou garantir a matrícula dos formandos em suas disciplinas pendentes, a matrícula dos calouros e a matrícula dos demais discentes em, no mínimo, um componente curricular, através da oferta de 25 % das turmas oferecidas num semestre regular.⁴

Nesse cenário, os três Departamentos da FDUFBA ofertaram, ao total, 61 componentes curriculares, sendo que 4 deles nunca havia sido ofertado na Faculdade: Direitos Humanos, Seminários Interdisciplinares de Direitos Humanos, Questões atuais de Direito Processual Civil e Direito e Pandemia. Vale registrar que os conteúdos inseridos excepcionalmente na grade curricular do curso se alinhavam ao disposto nas novas Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos jurídicos no país, como foram os casos das disciplinas relacionadas aos Direitos Humanos, conteúdo obrigatório a ser previsto de forma transversal nos currículos destes cursos.

No tocante ao formato das disciplinas, algumas decisões merecem destaque, a exemplo da oferta de apenas 25 % da carga horária total de cada componente curricular no formato síncrono, realizadas através de encontros semanais de 55 minutos. Já a carga horária restante foi destinada às atividades assíncronas, realizadas através de diversas metodologias e ferramentas didáticas, como a disponibilização de aulas gravadas, participação em fóruns de discussão, aplicação de questionários, trabalho em equipe e produção de diversos materiais pelos estudantes. Ademais, o compartilhamento de turmas entre os docentes, realizado inclusive de forma interdepartamental, representou uma grande inovação, permitindo a troca de experiências entre professores e fortalecendo suas redes de apoio e laços de afeto.

Dentre os componentes curriculares ofertados durante o Semestre Letivo Suplementar pela FDUFBA está a disciplina Direito Educacional, componente curricular optativo do curso de graduação em Direito da UFBA, vinculado ao Departamento de Estudos Jurídicos Fundamentais. A referida disciplina possui carga horária de 68 horas/aula, com conteúdo

⁴ UFBA, *Reunião da congregação da Faculdade de Direito da UFBA, 05.08*, Faculdade de Direito da UFBA, Salvador, 2020 [on-line] <<https://www.youtube.com/watch?v=x3mEoQcY99I>> [Consulta: 22-8-2021].

exclusivamente teórico e não possui pré-requisitos em sua inscrição, fato que possibilita a participação de todos os estudantes matriculados no curso, desde os calouros aos concluintes. Nesta ocasião, a disciplina contou com 90 vagas.

Com relação à ementa básica do componente curricular, esta é composta pelos seguintes conteúdos: Direito à educação, níveis de formação educacional, obrigatoriedade do ciclo básico, fontes de financiamento da educação, ensino médio, ensino superior e Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB). Outra modificação realizada na disciplina para adaptação ao contexto atípico foi a inclusão de novos temas na disciplina, especialmente a discussão sobre o ensino jurídico no Brasil, temática antes não abordada no curso.

Durante o SLS, a disciplina foi ofertada de forma compartilhada por três docentes de distintos departamentos, sendo dois professores vinculados ao Departamento de origem e uma professora vinculada ao Departamento de Direito Privado. Além disso, a equipe pedagógica contou com uma doutoranda e uma mestranda, ambas do Programa de Pós-Graduação em Direito da FDUFBA que, na ocasião, realizaram seus estágios docentes, bem como com três estudantes de graduação da Faculdade que atuaram como monitores.⁵

No tocante ao planejamento do componente curricular, de acordo com o Plano de ensino-aprendizagem, a disciplina objetivou desenvolver a compreensão crítica do Direito Educacional e do ensino jurídico no país, com base nos seus aspectos histórico-formativos, zetéticos e dogmáticos, abordados interdisciplinarmente. Assim, os conteúdos foram organizados em três unidades temáticas, em que cada uma destas se ocupou de quatro encontros síncronos, sendo outros três encontros destinados ao momento de acolhimento inicial e fechamento da disciplina, totalizando 15 encontros síncronos. Estes encontros foram realizados semanalmente, através da plataforma *Google Meet*, com duração de 55 minutos, conforme as diretrizes institucionais. Já os momentos assíncronos foram

⁵ A a equipe pedagógica da disciplina foi composta pelos docentes André Batista Neves, Carlos Eduardo Behrmann Rátis Martins e Isabela Fadul de Oliveira, pelas estagiárias-docentes Manuella Maria Vergne Cardoso e Sullivan dos Santos Pereira e pelos monitores Cláudia Valéria Alves dos Santos, Pedro Nascimento Diniz Gonçalves e Quéren Samai Moraes Santana.

realizados através do Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) *Moodle*, valendo-se, ainda, de aplicativo de mensagens simultâneas (*WhatsApp*).

A fim de traçar o perfil dos estudantes matriculados, suas condições de estudo no contexto remoto e suas expectativas sobre a disciplina, na primeira semana do semestre foi aplicado um formulário *on-line* junto aos discentes. O instrumento reuniu 78 respostas, nas quais constatou-se que uma quantidade expressiva dos discentes pretendia acessar as aulas através de computador ou notebook compartilhado (21,8 %), celular (11,5 %) ou tablet (3,8 %), os quais limitam o acesso a determinadas ferramentas digitais ou o tempo de disponibilidade do discente para acesso aos momentos síncronos e aos materiais assíncronos. Além disso, todos os respondentes afirmaram que pretendiam acessar os momentos síncronos a partir de suas residências, nas quais 75,6 % afirmaram possuir adequados locais de estudo. Quanto à saúde física e psicológica, 66,7 % dos estudantes afirmaram que tiveram sua saúde afetada pela pandemia.

O perfil identificado a partir das respostas dos estudantes, assim como as demandas apontadas pelos discentes nos primeiros encontros síncronos, indicaram a necessidade de ajustes no planejamento inicial da disciplina. Assim, apesar da preparação e planejamento prévio realizado pela equipe docente, as condições de estudo remoto demandam adaptações nas formas de organização dos momentos síncronos e assíncronos, bem como nos métodos avaliativos utilizados, como será visto a seguir.

IV. A EXPERIÊNCIA DA DISCIPLINA “DIREITO EDUCACIONAL”

Os esforços para responder aos desafios do contexto de crise sanitária mobilizou toda a comunidade acadêmica na busca de alternativas pedagógicas criativas. Se por um lado a adoção do modelo de ensino remoto permitiu a continuidade das atividades de ensino, por outro lado evidenciou a necessidade de reflexão sobre as práticas pedagógicas e o enfrentamento de problemas históricos da relação ensino-aprendizagem dos cursos jurídicos brasileiros. Mais especificamente, o contexto pandêmico tem oportunizado a construção de iniciativas inovadoras no ensino do Direito, especialmente em razão da necessária adaptação das tradicionais metodologias de ensino-aprendizagem utilizadas no modelo presencial.

No caso da disciplina Direito Educacional, o planejamento das atividades assíncronas constituiu-se num grande desafio, tendo em vista a necessidade de organização prévia dos conteúdos, material didático, formas e instrumentos de avaliação e dos espaços virtuais de aprendizagem. Tradicionalmente, no ensino presencial, o conteúdo programático costuma ser trabalhado pelo professor da disciplina de forma isolada, pouco dialogada com seus pares, muitas vezes de improviso e prioritariamente de forma expositiva, fazendo uso de materiais didáticos pouco diversificados, muitas vezes restritos aos manuais e apostilas dos cursos.

O predomínio dos tempos assíncronos de ensino-aprendizagem na disciplina importou não apenas na necessidade de se pensar roteiros de aprendizagens para os alunos com base em materiais disponibilizados no ambiente virtual de aprendizagem, como também de priorizar os encontros síncronos como espaços de interação e debate. Assim, considerando a alta carga horária destinada a estas atividades durante o semestre, objetivou-se disponibilizar materiais didáticos que fomentassem a prévia reflexão sobre os conteúdos a serem discutidos nos momentos síncronos. Nesse sentido, durante o semestre, foram produzidos pela equipe docente materiais didáticos variados, tais como videoaulas, entrevistas gravadas, visitas virtuais a espaços físicos da Faculdade, quadros analíticos e mapas mentais conceituais (D'Àvila, Madeira e Guerra, 2018: 167) dos conteúdos trabalhados.

A construção da aprendizagem de forma unidirecional, que tem o professor como o centro do processo de ensino-aprendizagem, também consiste numa característica marcante do ensino do Direito no país. Contudo, com o estímulo e ampliação dos programas de monitoria e de estágio docente na Faculdade de Direito durante o SLS, foi possível construir outras formas de interação entre os discentes e a equipe pedagógica, formada por docentes, estagiárias-docentes e monitores. As estagiárias-docentes e monitores participaram ativamente do processo de planejamento e oferta do componente curricular, através da orientação dos estudantes, da construção e acompanhamento dos instrumentos avaliativos adotados, da produção de materiais didáticos, bem como do fomento à interação em sala de aula, favorecendo o processo de ensino-aprendizagem.

O contexto pandêmico também impôs a revisão do modelo avaliativo adotado comumente na faculdade, baseado na realização de duas avaliações semestrais nas “semanas de prova”, respondidas individualmente, oralmente ou por escrito, com a pretensão de verificar a absorção dos conteúdos transmitidos pelo professor ao longo do semestre. Em sentido contrário, os métodos avaliativos utilizados na disciplina buscaram promover a reflexão sobre a trajetória educacional dos discentes, sobre o momento atual da sua vida acadêmica (incluindo a experiência vivida na disciplina), reconhecer os conhecimentos prévios adquiridos pelos discentes na relação com os novos conteúdos acessados durante o curso, permitir a apropriação crítica dos novos marcos normativos, bem como desenvolver uma postura criativa na formulação e compartilhamento de conteúdos e novos conhecimentos. Portanto, com vistas a uma avaliação contínua, autorreflexiva e comprometida com o protagonismo estudantil na relação ensino-aprendizagem.

Em seguida, serão discutidas mais detalhadamente as estratégias pedagógicas adotadas para uma melhor adaptação ao modelo de ensino remoto, evidenciando as fontes de ensino e aprendizagem adotadas, as adaptações dos papéis de docentes e discentes e as adequações nas formas de avaliação.

A. A ACESSIBILIDADE ÀS FONTES DE ENSINO E APRENDIZAGEM DO DIREITO

Os contatos iniciais entre a equipe pedagógica e os discentes matriculados no componente curricular confirmaram os problemas e desafios anteriormente apontados pelo levantamento realizado pela Universidade sobre as condições e competências digitais para a aprendizagem on-line. Problemas com a conexão com a rede de *internet*, com o acesso a equipamentos tecnológicos adequados e com a utilização das plataformas digitais refletiram na qualidade dos momentos síncronos, especialmente no grau de interação entre os sujeitos envolvidos no processo de ensino-aprendizagem.

Nos momentos síncronos, foi possível constatar a ausência de ambientes adequados de estudo, sendo comum a intermitência nas conexões de *internet*, ruídos e espaços inadequados, que justificaram constantemente a manutenção das câmeras desativadas durante as aulas e a pouca interação

no *chat*. Ao longo do semestre, foram percebidas dificuldades dos discentes com a compatibilização entre tarefas domésticas, demandas familiares e as atividades letivas em razão do horário em que ocorreram os momentos síncronos, especialmente para os discentes que possuíam filhos (20,5 %).

O elevado número de estudantes matriculados no componente curricular e a redução do tempo de interação síncrona entre docentes e discentes, demandaram a construção de estratégias pedagógicas, sobretudo para propiciar uma melhor interação entre docentes e discentes, dado que a interação constitui-se em elemento fundamental no processo de ensino-aprendizagem. Como afirma Zen e Ferreira (2018:101) “a aula é uma construção histórica, cultural e coletiva, faz-se na interação professor e aluno”.

Diante deste cenário, foi pactuado um acordo pedagógico, na primeira semana de aula, na qual foram discutidas estratégias para diminuir os impactos negativos do ensino remoto. Dentre estas, inclui-se a gravação dos encontros síncronos e sua posterior disponibilização no *Moodle*, a fim de que estudantes com dificuldades de acesso pudessem assisti-los em momento posterior. Além disso, o ambiente na disciplina no *Moodle* foi customizado para um melhor acolhimento dos estudantes, reunindo espaços de apresentação pessoal e de compartilhamento de experiências.

Nesse contexto, os momentos síncronos buscaram apresentar os conteúdos previstos no plano de ensino-aprendizagem, relacionando-os com as experiências pessoais dos discentes, a fim de permiti-los refletir e construir o seu próprio conhecimento. Esse modelo baseou-se na concepção de formação proposta por Madeira, Guerra e Zen, que entende a aprendizagem enquanto

[...] produção de conhecimento na relação dos sujeitos entre si, na concorrência com o mundo, cuja significação depende da interpretação que dele fazem os sujeitos em seus diferentes momentos. Essa proposta também parte da premissa de que as instituições educativas são geradoras de cultura e que os estudantes devem ter uma participação ativa na produção de conhecimentos (2018:109).

Para tanto, foram disponibilizados materiais que objetivaram viabilizar uma primeira aproximação do estudante com a temática a ser

discutida, como: elementos textuais (capítulos de livros, artigos e verbetes), materiais jurídicos (legislação, jurisprudência e tratados internacionais), recursos audiovisuais (documentários, filmes e *podcasts*), além de dados estatísticos e documentos diversos.

Além disso, foram elaborados materiais didáticos pela equipe pedagógica, dentre os quais destaca-se a visita virtual orientada ao Memorial da Faculdade de Direito. Fundado no ano de 2012, o Memorial realiza o processo de recepção e conservação de arquivos históricos relativos à própria Instituição de Ensino, assim como à história do ensino jurídico no Brasil. Com a pandemia de COVID-19, as visitas presenciais foram suspensas, limitando o acesso ao ambiente fechado do Memorial, situado no subsolo do edifício da FDUFBA.

A visita virtual foi realizada através da plataforma *Google Meet* e conduzida pela coordenadora do espaço, a qual apresentou os principais aspectos históricos da Faculdade, bem como os principais documentos disponíveis sobre a construção dos cursos jurídicos brasileiros. Além disso, contou-se com a presença do diretor da unidade, do coordenador do curso, de docentes, servidores e trabalhadores terceirizados.⁶ Todos eles destacaram a importância dos espaços físicos para a interação da comunidade acadêmica, bem como a relevância dos espaços de memória para a construção do conhecimento jurídico. Surgiu, ainda, uma preocupação com o registro da memória do ensino remoto no contexto da pandemia, bem como com a necessidade de digitalização do acervo do Memorial, disponível exclusivamente de modo físico, a fim de ampliar a sua acessibilidade e sua difusão.

Destaca-se, ainda, a produção de entrevistas com professores de Direito da FDUFBA e de outras Instituições de Ensino do Brasil e do exterior, as quais objetivaram registrar as trajetórias, memórias e reflexões de docentes de cursos jurídicos, especialmente diante do contexto pandêmico.⁷

⁶ Participaram da visita Maria Solenar Nascimento, coordenadora do Memorial da Faculdade, o professor Julio Rocha, diretor da Faculdade, o professor Francisco Bertino, coordenador do Colegiado do Curso, o professor Lawrence Mello, recém ingresso na Faculdade, os servidores Antonio Carlos Sena e Jarbas Linhares, assim como Genilson Silva, trabalhador terceirizado.

⁷ Participaram desta série os professores da Faculdade de Direito da UFBA, João Glicério, Samuel Vida, Sara Côrtes e Tatiana Gomes. Como convidados externos, houve

O roteiro das entrevistas foi elaborado com base nos temas propostos para a unidade final da disciplina, voltada à discussão da educação jurídica no Brasil.

A série de entrevistas, denominada “Trajetórias Docentes”, reuniu oito entrevistas que possuíram duração média de 1 hora e 30 minutos. As entrevistas também foram realizadas por meio da plataforma *Google Meet*, sendo conduzidas pela docente responsável pelo componente curricular, bem como pelos monitores da disciplina. Além dos questionamentos previamente estruturados no roteiro de entrevistas, a equipe que conduziu as entrevistas apontou novas perguntas, bem como adaptou as questões antes previstas, a fim de traçar um melhor diálogo entre as experiências trazidas pelos docentes e o conteúdo abordado na disciplina.

Estes materiais permitiram o acesso dos estudantes a espaços e sujeitos que, mesmo antes do contexto pandêmico, encontram problemas. A visita presencial ao Memorial da FDUFBA, pelo fato deste estar situado no subsolo do edifício e ter escadas como principal via de acesso, não estava acessível a estudantes com deficiência física. Ademais, as políticas de redução de investimento na educação pública vinham limitando a destinação de recursos financeiros para atividades que envolviam o deslocamento de visitantes externos para a participação de eventos na Faculdade, restringindo significativamente as iniciativas de parcerias e atividades acadêmicas conjuntas.

B. A ADAPTAÇÃO DOS PAPÉIS DE DOCENTES E ESTUDANTES

Conforme afirmado na terceira seção deste artigo, a equipe pedagógica da disciplina recepcionou a participação de duas estagiárias-docentes e três monitores, que exerceram importante papel na relação de ensino-aprendizagem. Atuando enquanto sujeitos em formação docente, as estagiárias e os monitores participaram ativamente do processo de construção da disciplina, propondo novos conteúdos, materiais

a participação dos professores José Eduardo Faria (Universidade de São Paulo), José Garcez Ghirardi (Escola de Direito de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas), Patrícia Galvão (Universidade de Windsor) e Ricardo Pazello (Universidade Federal do Paraná).

didáticos, metodologias de ensino e métodos avaliativos a serem utilizados no componente curricular.

A fim de inserir estes sujeitos num processo amplo de criação e adaptação de práticas pedagógicas, os planos de trabalho dos monitores e estagiárias previam tarefas e funções a serem desenvolvidas ao longo do semestre. Também foram estabelecidos espaços de compartilhamento e de reflexão conjunta sobre as experiências vivenciadas, permitindo a integração desses sujeitos em um efetivo processo formativo de iniciação à docência, no sentido apontado por Silveira (2015) ao tratar da formação docente nos cursos de licenciatura, para quem estes espaços visam

[...] garantir que os estudantes dos cursos de licenciatura se aproximem da escola e, nela, conheçam algumas práticas do campo profissional e sejam capazes de construir reflexões sobre essas práticas e os saberes que as fundamentam. Trata-se de ir além de se conhecer a escola e seus sujeitos. Trata-se de estabelecer redes, conhecer os mecanismos de atuação profissional, produzir conhecimento sobre esses mecanismos, os interferentes do cotidiano do trabalho dos professores e modos de intervenção, sempre marcada por uma ação intencional e pedagogicamente bem delineada.

Dentre as tarefas realizadas, destaca-se a apresentação de conteúdos pelas estagiárias-docentes que, na terceira unidade do componente curricular, expuseram, durante o momento síncrono, discussões relativas a temas como prática jurídica e as relações de estágio, formação docente (Oliveira, 2010; Santana, 2021) e uso de metodologias ativas nos cursos jurídicos (Ghirardi, 2020), dentre outros. Além disso, e as estagiárias conduziram os momentos síncronos de interação com convidados externos, que, no caso da disciplina, contou com a participação de duas especialistas nos temas das ações afirmativas e políticas de cotas no ensino superior.⁸

Já a atuação dos monitores nos momentos síncronos permitiu uma maior interação entre docentes e discentes, através do apontamento de

⁸ Participaram desses encontros Livia Maria Santana e Sant'Anna Vaz, promotora de Justiça do Estado da Bahia, e Edjane Gomes, professora da Universidade do Estado da Bahia.

dúvidas após as exposições, estimulando os demais estudantes a apresentarem seus questionamentos. Ademais, a disponibilidade dos monitores na plataforma de aulas síncronas durante os momentos que as precediam e as sucediam revelou-se essencial para uma maior aproximação com os discentes, conhecendo suas dificuldades e esclarecendo dúvidas, especialmente acerca da estrutura da disciplina.

As formas de interação, limitadas pelo ambiente remoto, foram oportunizadas, ainda, pela criação de um grupo no aplicativo de mensagens *WhatsApp*, no qual os discentes possuíam contato direto com os monitores e puderam registrar dúvidas e esclarecimentos a serem encaminhados aos professores ou estagiárias-docentes da disciplina. O grupo representou, ainda, um espaço de troca entre os discentes, no qual se auxiliavam mutuamente para a resolução de demandas, bem como de criação de espaços de confiabilidade entre os discentes e a equipe pedagógica.

Apesar da criação e alimentação de espaços de interação, fez-se necessária a criação de um momento síncrono destinado à orientação dos discentes, devido às demandas apresentadas pelos estudantes. Os encontros semanais foram coordenados pelas estagiárias-docentes, com auxílio dos monitores e acompanhados pelos docentes. Durante o período de uma hora, as estagiárias e os monitores permaneciam disponíveis para a realização de orientação individual ou em grupo sobre os métodos avaliativos desenvolvidos. O formato flexível de orientação dos trabalhos permitiu aos discentes a procura por orientação nas diversas fases de construção de seus trabalhos, os quais foram avaliados de forma continuada. Assim, quando se depararam com dúvidas ou questionamentos sobre o tema, os estudantes puderam indicar a necessidade de suporte, participando do encontro de orientação ou, ainda, solicitando atendimento em horário diverso.

Além de praticar a orientação de trabalhos acadêmicos, as estagiárias e monitores também exerceram um importante papel na resolução de conflitos e demandas surgidas ao longo do semestre. Ademais, por terem construído a proposta dos métodos avaliativos a serem utilizados em diálogo com os docentes da disciplina, as estagiárias puderam auxiliar na avaliação dos produtos finais desenvolvidos pelos estudantes e no *feedback* com base nos critérios utilizados para a avaliação. Enquanto

partícipes da relação ensino-aprendizagem, os monitores acompanharam os encontros de orientação, auxiliando na comunicação entre os discentes e as estagiárias, reunindo dúvidas recorrentes e apresentando sugestões para uma melhor adaptação dos métodos avaliativos às demandas dos estudantes, tendo em vista as dificuldades surgidas com o ensino remoto e o contexto pandêmico.

Ainda sobre as tarefas e funções dos monitores, estes também participaram da produção dos materiais didáticos, conduzindo entrevistas da série “Trajetórias Docentes”, bem como disponibilizando quadros analíticos e mapas conceituais sobre os conteúdos da disciplina. Além disso, foram responsáveis pela atualização do *Moodle*, adicionando os materiais citados em sala de aula e produzindo materiais de apoio ao acesso às plataformas digitais, tais como tutoriais e perguntas frequentes.

Tratam-se, portanto, de lugares formativos distintos, com aspectos e funções específicas. Se bem delineadas, estes papéis podem se relacionar entre si, como o que ocorreu na disciplina, que permitiu a participação ativa de estagiárias e monitores na construção permanente do componente curricular, extrapolando a função de meros auxiliares da docência. Ademais, a participação ativa destes sujeitos foi essencial ao trabalho dos docentes que, além de poderem compartilhar a experiência do ensino no formato remoto entre si, foram estimulados a refletir sobre seus papéis e sobre suas próprias práticas na orientação dos estudantes em formação.

C. AS ADEQUAÇÕES NAS FORMAS DE AVALIAÇÃO

Diante do contexto excepcional, os métodos avaliativos propostos na disciplina estiveram comprometidos com a avaliação continuada, realizada de forma assíncrona, utilizando modalidades diversificadas, individual e coletivamente, de forma a garantir flexibilidade e orientação processual. Ademais, buscou-se fomentar a construção do conhecimento dos discentes a partir de suas experiências pessoais. Assim, os estudantes foram estimulados a produzir academicamente sobre temas relacionados ao Direito Educacional com base nas suas próprias trajetórias educativas.

Sob esse prisma, o planejamento avaliativo pretendeu afastar-se da realização de provas dissertativas que visam, normalmente, avaliar o domínio dos discentes sobre conceitos apresentados durante o semestre, modelo comumente utilizado na FDUFBA. Nesse sentido, as avaliações foram divididas em três momentos, quais sejam: (1) participação dos discentes nos fóruns de discussão disponibilizados na plataforma *Moodle*; (2) elaboração do diário de campo “Vivências acadêmicas no SLS”; (3) cocriação de trabalho escrito ou material audiovisual (artigo, *videocast* ou *podcast*). A fim de esclarecer possíveis questionamentos dos estudantes, especialmente com relação aos critérios avaliativos e prazos para o desenvolvimento das atividades, foi garantido encontros semanais de orientação, com base nas rubricas das avaliações divulgadas pela equipe pedagógica no início do semestre.

Os fóruns de discussão consistiram em espaços de compartilhamento de reflexões sobre temáticas específicas. Ao longo do semestre, foram realizados quatro fóruns nos quais puderam opinar e discutir sobre temas como: subsídio público para as escolas particulares, as normativas do Ministério da Educação sobre a volta às aulas, a prática do *exposed*, assim como puderam comentar as entrevistas realizadas através da série “Trajetórias Docentes”.

Esses espaços foram alimentados pelos docentes e pelas estagiárias-docentes, cabendo aos monitores a tarefa de monitoramento da participação dos estudantes, bem como de diálogo com estes nas respostas. Quanto à participação dos discentes nos fóruns, foi contabilizada uma média de 56 comentários por fórum, significando que dois terços dos discentes matriculados na disciplina estiveram ativos nas discussões.

Com relação ao diário de campo “Vivências acadêmicas no SLS”, trata-se de método pouco utilizado nos cursos jurídicos, que objetivou fomentar a reflexão dos estudantes sobre suas trajetórias e suas vivências, especialmente no período pandêmico, sendo utilizado como uma “ferramenta reflexiva e avaliativa na formação” (Silva, 2015:1) do graduando. Aliadas às discussões realizadas na disciplina, os estudantes puderam apresentar análises sobre o Direito à educação, a pandemia e a educação, o ensino remoto e o futuro dos cursos jurídicos brasileiros.

Os diários possuíram forma escrita, podendo, no entanto, serem formados complementarmente por materiais fotográficos e audiovisuais, despertando a criatividade dos alunos que enviaram diversas imagens, notadamente aquelas relacionadas às suas trajetórias escolares. Além disso, as entrevistas da série “Trajetórias Docentes” auxiliaram os estudantes a desenvolverem os diários, visto que os inspiraram a refletir sobre suas próprias experiências.

Para estimular a construção contínua do diário, sua apresentação foi realizada em três momentos distintos do semestre, permitindo a avaliação dos mesmos e rediscussão com os docentes e estagiárias-docentes sobre possíveis melhorias a serem adotadas. Ao final da disciplina, 63 estudantes concluíram a escrita, revelando uma participação significativa do corpo discente na atividade proposta.

Desse modo, o diário de bordo constituiu-se em uma ferramenta de avaliação formativa que, segundo Zen e Guerra (2018), provoca necessariamente a reflexão dos estudantes sobre o seu próprio processo de ensino-aprendizagem. Ademais, o diário representou um instrumento singular de registro escrito da memória dos discentes que vivenciaram a primeira experiência de ensino não-presencial da Faculdade de Direito da UFBA em seus 130 anos de história.

A cocriação de trabalho escrito ou material audiovisual consistiu na produção, pelos estudantes, de artigos, *podcasts* ou *videocasts*, a qual poderia ser realizada de forma individual, em dupla ou em trio. Para a sua execução, os discentes elegeram livremente temáticas relacionadas ao Direito Educacional e foram orientados semanalmente quanto a possíveis referenciais bibliográficos e recorte temático, dentre outros aspectos dos trabalhos acadêmicos. Ao final, foram entregues dezoito trabalhos, dentre os quais onze foram entregues no formato de artigos científicos e sete no formato de *podcasts*.

A produção de artigos científicos revela-se de suma importância, especialmente nos cursos jurídicos, contribuindo para a pouca tradição da pesquisa na área (Nobre, 2009), apesar das Diretrizes Curriculares terem tornado obrigatório o Trabalho de Conclusão de Curso desde a Portaria nro. 1886/1994. Ainda que o projeto pedagógico do curso de Direito da UFBA estimule as atividades de pesquisa como atividades

complementares, muitas vezes o contato dos estudantes com a pesquisa se dá somente no final do curso, através da elaboração da monografia. Assim, oportunizar aos discentes o acesso a esta experiência em outros momentos de sua trajetória acadêmica permitiu o desenvolvimento de habilidades relacionadas ao planejamento, à comunicação e à criticidade, possibilitando sua reflexão sobre a pesquisa científica e a construção de novos saberes. Nesse sentido, a experiência resultou na produção, pelos discentes que participaram da disciplina, de trabalhos de conclusão de curso com temáticas atinentes ao Direito Educacional, os quais tiveram a participação dos docentes da disciplina enquanto orientadores ou membros da banca de avaliação.

Já o desenvolvimento do *podcast*, enquanto modalidade de comunicação oral, fornece elementos para a construção de um potencial espaço de extensão universitária, capaz de articular ensino e pesquisa através de um “processo interdisciplinar, educativo, cultural, científico e político que promove a interação transformadora entre Universidade e outros setores da sociedade”.⁹ Nesse sentido, a criação de programas de rádio *on-line* pelos estudantes viabiliza um canal de difusão dos conhecimentos produzidos no ambiente acadêmico, fortalecendo os laços entre a universidade e a sociedade e possibilitando a troca de saberes e experiências entre os sujeitos envolvidos no processo.

Os métodos avaliativos utilizados objetivaram articular teoria e prática, fomentando o protagonismo estudantil, especialmente em razão da tendência das plataformas digitais de posicionar os estudantes em uma atitude passiva, como mero espectadores de um “ensino bancário” (Freire, 1996). Ademais, o caráter emancipatório adotado na disciplina ampliou o interesse dos discentes sobre as temáticas abordadas durante o semestre, demandando a construção de um espaço de discussão e compartilhamento de informações sobre o Direito e a Educação pelos estudantes, fato que resultou na criação de um projeto de extensão

⁹ Brasil, *Política Nacional de Extensão Universitária*, Fórum de Pró-Reitores das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras, Manaus, 2012 [on-line] <<https://proex.ufsc.br/files/2016/04/Pol%C3%ADtica-Nacional-deExtens%C3%A3oUniversit%C3%A1ria-e-book.pdf>> [Consulta: 29-8-2021].

composto por estudantes e professores que integraram a disciplina Direito Educacional durante o SLS.¹⁰

V. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O ano de 2020 foi marcado pela adoção de medidas e adaptações para a docência e para os estudos em todas as instituições de ensino brasileiras, a fim de reduzir os danos causados pela pandemia. A reflexão coletiva dessas medidas e da experiência vivenciada neste período é necessária para que se possa identificar avanços e, sobretudo, reforçar a luta pelas melhorias das condições para a educação brasileira no cenário próximo pós-pandêmico.

No caso da Universidade Federal da Bahia, inúmeras medidas foram tomadas visando garantir o acesso à educação e a continuidade das atividades acadêmicas, a exemplo do primeiro Congresso Virtual da UFBA e do Semestre Letivo Suplementar. Ambos, reconhecendo os limites da comunidade especialmente no tocante a acesso e letramento digital, se constituíram em importantes espaços de aprendizado e inovações incorporadas nas atividades do calendário acadêmico seguinte.

Para a experiência da Faculdade de Direito, o ensino remoto significou grandes desafios, sobretudo em virtude da tradição do ensino presencial e da baixa familiaridade dos docentes com os ambientes virtuais de aprendizagem. Se por um lado o corpo acadêmico se deparou com dificuldades intransponíveis, por outro pode experimentar inovações pedagógicas significativas. Dentre elas, estão o compartilhamento

¹⁰ A Rede de Estudos em Direito Educacional e Ensino Jurídico (REDEEJ) é um projeto de extensão vinculado à Faculdade de Direito da UFBA que decorre das atividades desenvolvidas no âmbito da disciplina Direito Educacional. Além de oportunizar discussões relativas à temática com o diálogo com importantes atores sociais das áreas da educação, do direito e do trabalho, o espaço realiza ações que promovem a aplicação dos conhecimentos produzidos coletivamente em diálogo com a sociedade. Durante o primeiro semestre de 2021, foram realizados 06 seminários temáticos que discutiram os seguintes temas: extensão universitária e educação popular; memória e ensino jurídico; ensino remoto e trabalho docente; educação profissional; e formação docente e ensino jurídico. Além disso, no início do segundo semestre letivo do ano foi realizada uma ação de acolhimento dos calouros da Faculdade, a fim de construir uma rede de apoio entre os recém-chegados.

de disciplinas pelo corpo docente, o uso de novos recursos didáticos, a adoção de diferentes modalidades de avaliação da relação ensino-aprendizagem e o incremento dos processos de formação docente, como evidenciado na experiência de ensino da disciplina Direito Educacional no SLS.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ACCARINI, A., “De olho no lucro, universidades demitem em massa professores e lotam salas virtuais”, em *CUT*, São Paulo, 2020 [on-line] <<https://www.cut.org.br/noticias/de-olho-no-lucro-universidades-demitem-em-massa-professores-e-lotam-salas-virtua-9520>> [Consulta: 29-8-2021].
- BOSI, A. (2007), “A precarização do trabalho docente nas Instituições de Ensino Superior do Brasil nesses últimos 25 anos”, em *Educação & Sociedade*, vol. 28, nro. 101, pp. 1503-1523.
- Brasil, *Política Nacional de Extensão Universitária*, Fórum de Pró-Reitores das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras, Manaus, 2012 [on-line] <<https://proex.ufsc.br/files/2016/04/Pol%C3%ADtica-Nacional-de-Extens%C3%A3o-Universit%C3%A1ria-e-book.pdf>> [Consulta: 29-8-2021].
- *Portaria nro. 1886, de 30 de dezembro de 1994*, Ministério da Educação, Brasília, 1994 [on-line] <<https://www.oabr.org.br/arquivos/LegislacaosobreEnsinoJuridico.pdf>> [Consulta: 31-8-2021].
- *Portaria nro. 343, de 17 de março de 2020*, Ministério da Educação, Brasília, 2020 [on-line] <<https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-343-de-17-de-marco-de-2020-248564376>> [Consulta: 17-8-2021].
- *Resolução nro. 05, de 17 de dezembro de 2018*, Ministério da Educação, Brasília, 2018 [on-line] <https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/55640393/do1-2018-12-18-resolucao-n-5-de-17-de-dezembro-de-2018-55640113> [Consulta: 31-8-2021].
- CASTRO, L. (2016), *A finalidade pedagógica do estágio: uma análise do (des)cumprimento dos requisitos da lei nro. 11.788/2008 nos estágios jurídicos na área trabalhista em Salvador*, Salvador, Faculdade de Direito da UFBA.
- D’ÁVILA, C., A. MADEIRA y D. GUERRA (2018), “Diário on-line e pesquisa-formação com docentes universitários”, em *Ateliê didático: uma abordagem criativa na formação continuada de docentes universitários*, Salvador, EDUFBA.
- FRANÇA, G. (2020), *O Ministério Público do Estado da Bahia e a defesa do direito à educação durante a pandemia de COVID-19*, Salvador, Faculdade Direito da UFBA.

- FREIRE, P. (1996), *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*, São Paulo, Paz e Terra.
- GASPAR, Damares de Azevedo (2018), *Ensino jurídico e emancipação social: uma abordagem freireana do direito*, Salvador, Faculdade Direito da UFBA.
- GHIRARDI, J. (2020), *Métodos de ensino em direito: conceitos para um debate*, São Paulo, Almedina.
- GOMES, A. (2018), "Conceito de identidades e a identidade profissional docente", en *Colloquium Humanarum*, vol. 15, nro. 3, pp. 42-53.
- MADEIRA, Ana Verena, D. GUERRA y G. ZEN (2018), "Metodologias participativas, colaborativas e criativas na educação universitária", en *Ateliê didático: uma abordagem criativa na formação continuada de docentes universitários*, Salvador, EDUFBA.
- NOBRE, M. (2009), "Apontamentos sobre a pesquisa em direito no Brasil", en *Cadernos Direito GV*, nro. 1, pp. 1-19.
- OLIVEIRA, J. (2010), *A formação de professores de Direito no Brasil: a pós-graduação "stricto sensu"*, São Paulo, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
- ROCHA, L. (2018), *A educação jurídica e o perfil da formação do profissional docente da Faculdade de Direito da Universidade Federal da Bahia*, Salvador, Faculdade de Direito da UFBA.
- SANTANA, Hadassa Laís de Souza (2021), *Educação jurídica: métodos de ensino e formação do professor*, São Paulo, Almedina.
- SILVA, Silvana do Nascimento, "O diário de bordo como ferramenta reflexiva e avaliativa no estágio supervisionado de ciências", en *Didática e Prática de Ensino na relação com a Formação de Professores*, Fortaleza, EdUECE, 2015.
- SILVEIRA, Helder Eterno, "Mas afinal: o que é iniciação à docência?", en *Atos de Pesquisa em Educação*, vol. 10, nro. 2, pp. 354-368, 2015.
- UFBA, *As condições para aprendizagem online dos estudantes de graduação da UFBA em tempos de pandemia de COVID-19*, Salvador, 2020 [on-line] https://ufbaemmovimento.ufba.br/sites/ufbaemmovimento.ufba.br/files/relatorio_graduacao_-2020_-_ufba.pdf [Consulta: 17-8-2021].
- *Ata da reunião do Conselho Acadêmico de Ensino*, Conselho Acadêmico de Ensino, Salvador, 2020 [on-line] <https://ufba.br/sites/portal.ufba.br/files/ata_27.28_29.07.2020_-_cae.pdf> [Consulta: 17-8-2021].
 - *Ata da reunião extraordinária do Conselho Universitário da Universidade Federal da Bahia realizada no dia 21.07.2020, através de videoconferência*, Conselho Universitário, Salvador, 2020 [on-line] <<https://ufba.br/sites/portal.ufba.br/files/>

ata_consuni_21.07.2020_-_assinada.pdf> [Consulta: 17-8-2021]. 2020 [on-line] <https://ufbaemmovimento.ufba.br/sites/ufbaemmovimento.ufba.br/files/diagnostico_das_competencias_digitais_dos_professores_-_relatorio_2020.pdf> [Consulta: 17-8-2021].

UFBA, *Edital nro. 08/2020: Apoio para acesso à internet no Semestre Letivo Suplementar*, Pró-Reitoria de Ações Afirmativas e Assistência Estudantil, Salvador, 2020 [on-line] <https://proae.ufba.br/sites/proae.ufba.br/files/edital_n_08_2020-acesso_a_internet.pdf> [Consulta: 25-8-2021].

– *Edital nro. 09/2020: Auxílio de apoio à inclusão digital no Semestre Letivo Suplementar (SLS)*, Pró-Reitoria de Ações Afirmativas e Assistência Estudantil, Salvador, 2020 [on-line] <https://proae.ufba.br/sites/proae.ufba.br/files/edital_n_09_2020-auxilio_emergencial_de_apoio_a_inclusao_digital.pdf> [Consulta: 25-8-2021].

– *Plano de ensino-aprendizagem do componente curricular: semestre letivo suplementar*, Faculdade de Direito da UFBA, Salvador, 2020.

– *Portaria nro. 103/2020*, Salvador, 2020 [on-line] <http://www.ims.ufba.br/sites/ims.ufba.br/files/noticias/portaria_103-2020.pdf> [Consulta: 31-8-2021].

– *Proposta de criação do curso noturno de bacharelado profissionalizante em Direito*, Faculdade de Direito da UFBA, Salvador, 2008.

– *Proposta de reestruturação curricular do Curso de Graduação em Direito*, Faculdade de Direito da UFBA, Salvador, 2007.

– *Resolução CAE nro. 01/2020*, Conselho Acadêmico de Ensino, Salvador, 2020 [on-line] <https://www.ufba.br/sites/portal.ufba.br/files/resolucoes/resolucao_cae_01_2020.pdf> [Consulta: 17-8-2021].

– *Resolução CONSUNI nro. 04/2020*, Conselho Universitário, Salvador, 2020 [on-line] <https://www.ufba.br/sites/portal.ufba.br/files/resolucoes/resolucao_consuni_04.20202-signed.pdf> [Consulta: 17-8-2021].

– *Resolução da Congregação da Faculdade de Direito da UFBA nro. 01/2020*, Faculdade de Direito da UFBA, Salvador, 2020 [on-line] <<https://www.direito.ufba.br/resolucao-da-congregacao-da-faculdade-de-direito-da-ufba-ndeg-012020>> [Consulta: 22-8-2021].

– *Reunião da congregação da Faculdade de Direito da UFBA, 05.08*, Faculdade de Direito da UFBA, Salvador, 2020 [on-line] <https://www.youtube.com/watch?v=x3mEoQcY99I> [Consulta: 22-8-2021].

UFES, *Andifes anuncia retorno de aulas em formato remoto em 54 universidades*, Vitória, 2020 [on-line] <<https://www.ufes.br/conteudo/andifes-anuncia-retorno-de-aulas-em-formato-remoto-em-54-universidades>> [Consulta: 17-8-2021].

ZEN, Giovana e Lúcia Gracia FERREIRA, “A aula como elemento do trabalho docente: dinâmica e estruturantes didáticos”, en *Ateliê didático: uma abordagem criativa na formação continuada de docentes universitários*, Salvador, EDUFBA, 2018.

ZEN, Giovana e Denise GUERRA, “Avaliação da aprendizagem no contexto da docência universitária”, en *Ateliê didático: uma abordagem criativa na formação continuada de docentes universitários*, Salvador, EDUFBA, 2018.

Fecha de recepción: 20-12-2021.

Fecha de aceptación: 3-6-2022.